

Ata Conselho Jurídico - 25/2/2015

Principais pontos discutidos em reunião do Conselho Jurídico de 25/2/2015, na ABRAIN. Presenças de Maria Fernanda e Raphael Lafetá (MRV), Denise Goulart (Brookfield), Paula Furquim (Rossi) e Renato Ventura e Fábio Barbagallo (ABRAIN).

Atualizações:

- **COFECI** – na pg. 7. Resolução COFECI, aumenta o poder fiscalizador desta entidade. Tendo sido publicado no DO em 11/11/2014, esta Resolução entrou em vigor início de fevereiro. Acompanhar Defesa Judicial –CBIC/Secovi, com ABRAIN – esc. Luiz Eduardo Sá Roriz (DF)

Questões do trabalho

- **Condições análogas ao trabalho escravo** – na pg 7, nossa visão a respeito; na pg 8, encaminhamentos.
- Buscaremos falar com CBIC (José Carlos – Renato; Dra. Maria Luísa- Maria Fernanda – sobre seu ingresso como *Amicus Curiae*).
- Início do trabalho com Irineu Tamanini, que vai propor ações de comunicação para o tema.
- Em desenvolvimento proposta de atuação frente a cada stakeholder do processo; a ser apresentada no Comitê de Comunicação e Conselho Jurídico.
- Reunião com Instituto Ethos em 3/3 à tarde. Nessa reunião será apresentada nossa posição sobre o contexto da ADIN e algumas propostas de ações a serem desenvolvidas com o próprio Instituto Ethos, defendendo o fim do trabalho análogo a escravidão. Nossos pontos na pg 10 incluem campanha esclarecedora em canteiros, envio trimestral de fotografias dos canteiros, campanha em estradas no NO e NE contra o tráfico de pessoas, registro e efetivação de estrangeiros (Paula Furquim vai enviar material esclarecedor sobre o tema). Pedimos comentários e mais sugestões de ações até a próxima segunda feira (02/03)
- **Terceirização** – reiterada solicitação de indicação de possíveis assessores para nossa participação como *Amicus Curiae*. Proposta escritório Sette Câmara, Bastos e Oliveira: R\$ 300 mil + R\$ 2mm no sucesso. Avaliar outras propostas - ficamos no aguardo de indicações sobre outros possíveis escritórios até a próxima 3ª-feira, dia 3/3.

Modelo de Vendas - Corretagem apartada e não apartada

- **Portaria do CRECI** – A Comissão pode ser paga pelo comprador, pelo vendedor ou por ambos (ver doc. anexo);
- Dadas as diferenças de visão trazidas por presença de Houses, relacionamento com Imobiliárias e impactos em distratos, o Comitê sugere uma divulgação e esclarecimentos sobre corretagem apartada e não-apartada, já que ambas tem embasamento jurídico. Lembramos que, configurada a divergência de visão entre as empresas no ano passado, ficou aberta a possibilidade de empresas individualmente buscarem aproximação com o MP; MRV reitera que está buscando este caminho conforme anteriormente discutido e relatado.
- **Ações:**
 - **Cartilha** – Informar formadores de opinião sobre a importância, exigência dos Corretores de imóveis e dos processos nos dois modelos de venda;
 - **Aproximação com CRECI** – Divulgação da importância da transparência, do valor do corretor, do pagamento da comissão e do não ocorrência de sobre-preço em qualquer modalidades de venda; vremos encaminhamento de Secovi para esta aproximação.
 - **Aproximação com Magistrados** – acompanhamento de andamento (TJ) para súmulas após lançamento de Cartilha.

Agenda

- Conforme definido entre os participantes os encontros passam a ser mensais, sendo que a próxima será na 4ª-feira, 25/3, às 12:30.

Ficamos à disposição para comentários/sugestões.

Atenciosamente,

Fabio Barbagallo

fabio@abrainc.org.br